

Série de pesquisas  
Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional

1

## Espaços de escuta e participação no contexto de acolhimento institucional

Carla Cerqueira  
Irene Rizzini



O Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – CIESPI é um centro de estudos e de referência associado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), dedicado ao desenvolvimento de pesquisas e projetos sociais voltados a crianças, adolescentes, jovens e seus elos familiares e comunitários. Tem como meta subsidiar políticas e práticas sociais para esta população, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e para a promoção e defesa dos seus direitos.



### **Rio de Janeiro, maio de 2020**

Esta publicação está relacionada ao projeto “Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro”, sob a coordenação da professora Irene Rizzini, com apoio da FAPERJ (CNE, 2017-2020; Ref. nº E-26/202.812/2017). Esta iniciativa é possível graças ao suporte da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da FAPERJ. Texto de Carla Cerqueira e Irene Rizzini. As autoras agradecem a cuidadosa revisão de Renata Mena Brasil do Couto (CIESPI/PUC-Rio). Editores: Irene Rizzini. Maria Cristina Bó. Malcolm Bush. Design: Carolina Terra.

# Espaços de escuta e participação no contexto de acolhimento institucional

Carla Cerqueira e Irene Rizzini

1a edição (2020) - Rio de Janeiro - RJ  
CIESPI

Espaços de escuta e participação no contexto de acolhimento intitucional / Carla Cerqueira; Irene Rizzini. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: CIESPI, 2020. 40p. il. 20 cm.

ISBN: 978-65-87410-00-5

Palavras chave: 1. Acolhimento Institucional. 2. Adolescentes. 3. Direitos 4. Participação. I. Cerqueira, Carla II. Rizzini, Irene. III. Título.

CDD 300

# *Dedicatória*

Dedico este trabalho a cada adolescente e à equipe da URS Paulo Freire que me inspiraram na realização da pesquisa e que agora nos inspiram – a mim e a minha orientadora, a professora Irene Rizzini - na construção deste texto. A cada história contada e recontada, a cada sorriso retribuído, a cada lágrima que rolou nos momentos mais difíceis, a cada abraço apertado, a cada nova chegada e a cada adeus na hora da partida, a cada momento de aprendizado, de muitas reflexões e reinvenções, que resultam na união de uma série de mãos e corações .

**Carla Cerqueira, abril/2020**



# Sumário

Introdução .....	7
<i>A participação como um processo construído no cotidiano institucional</i> .....	7
A pesquisa .....	8
De Bangu a Campo Grande: de como a URS Bangu virou URS Paulo Freire .....	11
“Temos direito de morar e sermos respeitados” e outros questionamentos .....	13
O conceito de participação e o processo de desligamento institucional .....	14
Do direito à participação no contexto institucional .....	18
Promovendo espaços de escuta e participação .....	21
<i>O almoço em família: frango com quiabo</i> .....	21
Mecanismos promotores de espaços de escuta e participação .....	23
Histórias vividas e contadas: considerações finais .....	27
Notas.....	30
Referências bibliográficas .....	33

# Introdução



## **A participação como um processo construído no cotidiano institucional**

Este texto tem como base uma pesquisa, cujo objetivo foi analisar a participação de adolescentes que se encontram acolhidos em instituições, particularmente no que se refere ao processo de desligamento institucional, quando completam 18 anos de idade<sup>1</sup>. Trata, portanto, de um olhar sobre o cotidiano de vida de um grupo de adolescentes em uma determinada Instituição de Acolhimento<sup>2</sup> e uma reflexão sobre o direito à participação e à convivência familiar e comunitária.

Nesta perspectiva, nossa análise passa necessariamente por certas emoções fortemente presentes nas vidas desses sujeitos, muitas vezes institucionalizados por longos períodos. Emoções e sentimentos dolorosos, como os de abandono, são comuns. E quando diante do fato de que, ao completarem 18 anos, seus destinos obrigatoriamente mudam, pois terão que deixar a instituição onde se encontram, tantos outros sentimentos emergem. A maioria, talvez ansiada por muitos adolescentes, vem acompanhada de ansiedade e medo para aqueles que, muitas vezes, não têm para onde ir.

A experiência que relataremos a seguir se dá exatamente nesse momento crucial da vida de um adolescente institucionalizado. Por isso, olharemos com especial cuidado para sentimentos como os de autonomia e pertencimento por parte do adolescente. Ou seja, para a possibilidade de que se sintam mais seguros e 'em casa', de que ali é seu lugar no presente, mesmo que vivam em uma instituição. Um sentimento raro nesta condição, mas crucial para que possam seguir seus caminhos, sentindo-se mais preparados para a vida "lá fora".

Para que uma criança ou adolescente sinta que pertence ao espaço institucional em que vive, ciente de que não se configura como sua casa ou sua família, há todo um caminho a percorrer, que depende de todos aqueles envolvidos no processo, como uma ação contínua, intencional, no viver



cotidiano entre os que habitam a casa – acolhidos e acolhedores. O mesmo se dá quanto ao processo de desligamento da instituição. Este pode ser extremamente doloroso e reforçar as vivências de abandono e desamparo do adolescente, mas pode ser também uma oportunidade rica em aprendizado para todos os envolvidos e uma experiência ressignificadora para o adolescente.

Estaremos tratando aqui da co-construção de espaços de escuta e de participação, repletos de desafios, frustrações e conquistas. A participação, no nosso entendimento, é um processo construído no cotidiano institucional, como discutiremos ao longo deste texto.

## *A pesquisa*

A participação do adolescente no processo de desligamento institucional é o ponto focal do estudo realizado, onde os adolescentes ocupam lugar de destaque. Ao longo de todo o processo de pesquisa, os adolescentes foram tratados de forma personalizada, respeitando sua singularidade e suas escolhas. Para assegurar que não fossem reconhecidos, foram criados nomes fictícios<sup>3</sup>.

Trabalhamos com várias formas de coleta de dados, sendo a observação participante<sup>4</sup> e a escuta permanente às vozes dos adolescentes as principais. Destaca-se a importância da escuta atenta e respeitosa e, ainda, o exercício do diálogo, no qual os adolescentes podem partilhar e ouvir suas próprias histórias, num processo dialético. Isso só ocorre quando a instituição de acolhimento oferece uma “base segura”, a partir da qual os adolescentes possam ter confiança para se expressarem livremente.

Além disso, é preciso haver uma base legal que o permita, como as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC, 2004), segundo os quais as instituições de acolhimento devem garantir, não só a estrutura física adequada para o acolhimento, mas também um espaço para que se estimule o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Há uma vasta produção científica sobre o assunto, na qual, com frequência, se destacam as

consequências negativas do abandono e da institucionalização (RIZZINI; RIZZINI, 2004; WATHIER; DELL'AGLIO, 2007; GOLIN; BENETTI, 2013). Alguns estudos mostram que os serviços de acolhimento não são necessariamente nocivos ou prejudiciais. Eles têm o potencial de minimizar o impacto do abandono ou afastamento familiar por meio de experiências que possam dar novos significados a acontecimentos vividos (COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2009; SILVA; ARPINI, 2013; POKER, 2017). Há vários fatores que podem contribuir para uma experiência positiva ou traumática de institucionalização. Entre eles, podemos citar as relações estabelecidas com pais e familiares, as relações com profissionais e pares na instituição, a idade da criança ou do adolescente, a forma como se deu a separação da família, entre outros (OLIVEIRA; PRÓCHNO, 2010; TINOCO; FRANCO, 2011).

No caso da pesquisa que aqui relatamos, observamos que a instituição, sendo de fato acolhedora, pode, inclusive, oferecer o suporte e a segurança necessários para uma reestruturação psíquica e afetiva após a perda da família de origem, construindo com o adolescente uma relação de confiança. São referências estáveis, que funcionam como continente para aqueles que serão desligados em função da maioridade. O depoimento a seguir ilustra este momento:



*(...) Eu consegui muita coisa aqui. Consegui ver as coisas de outra forma. Tive que me controlar, não agredir o outro quando me sentia ofendido. Aprender a me superar. Caminhei muito aqui dentro do abrigo com vocês (técnicas e direção), com os educadores, com as cozinheiras, com os outros adolescentes. Cada um (adolescente) que foi embora e que chegou me ensinou alguma coisa. Consegui ver as coisas de outro jeito. Agora estou quase saindo (silêncio. A voz embarga num choro contido). Não conseguia ir para a escola e depois de muito tempo sem frequentar (mais ou menos um ano) retornei e a professora me chama para conversar. E consigo dizer a ela que é muito difícil voltar depois de estar longe tanto tempo. E ela disse que entende e vai me ajudar. Antes eu teria fugido. Agora consigo enfrentar, olhar e saber que não estou sozinho(...)<sup>5</sup>.*

Ainda que a instituição de acolhimento seja apenas um lugar de passagem, os adolescentes poderão fazer o movimento de conservarem as referências institucionais, levando-as consigo ao sair. É um apoio simbólico que permite construir uma base, sobre a qual suas próprias potencialidades poderão emergir, e contribuir para tenham mais recursos internos para lidar com os impasses que a

vida apresenta. Saber que haverá algo de significativo a ser levado pode diminuir o sentimento de desamparo<sup>6</sup>.

A dinâmica institucional, quando co-construída entre acolhedores e acolhidos, pode minimizar a rigidez das marcas de suas histórias familiares e sociais, acolhendo-as e possibilitando que o adolescente entre em contato com seus sentimentos e dê outros significados as suas histórias. Mas, para isso, é necessário compreendê-los a partir de suas subjetividades e experiências anteriores, considerando-os como seres falantes, que estabelecem relações, com a família de origem, com a comunidade a sua volta e com as pessoas com as quais convivem no ambiente institucional.

O sentimento de pertencimento que vai sendo construído e fortalecido durante todo o período de acolhimento não tem como objetivo apenas o desligamento institucional, mas impacta em outros lugares de sua vida como: na escola; nos espaços de convivência que frequentam; na família; e no trabalho. Para que esse pertencimento se efetive, é importante que o profissional (técnico ou educador) não tenha resposta para tudo, pois é diante da impotência que o adolescente pode chegar a falar em nome próprio. Desse jeito, o educador ou o técnico dão a oportunidade ao adolescente de se desenvolver e de pertencer a algum lugar. Este lugar que foi autorizado por esse educador (ALTOÉ, 2010).

Sendo assim, os sentimentos de proteção e segurança, que se almeja no trabalho e nas vivências compartilhadas no espaço institucional, não devem ser vistos como oposição ao mundo exterior exageradamente assustador, marcado por riscos e ameaças. Mas sim como forma de apoiar o adolescente para que desenvolva um sentido de autonomia, ou seja, para que possa reunir e organizar recursos que o fortaleçam para seguirem a vida ao transporem os muros da instituição. Os adolescentes precisam estar cientes dos possíveis enfrentamentos sem se tornarem descrentes dos próprios potenciais e capacidades de construir experiências positivas fora do espaço institucional.

A passagem da instituição para a vida lá fora, como muitos dizem, pode ser suavizada de várias formas, quando a instituição se entende, de fato, como um espaço ou um agente acolhedor. Por exemplo, os que vão não se desligam de todo, assim como permanecemos conectados à casa, à

família e aos amigos quando nos mudamos ou nos tornamos independentes. É comum que aqueles que se foram retornem à instituição. Eles chegam para dar notícias de suas vidas ou para pedir algum auxílio ou orientação para questões relacionadas a emprego, acesso à saúde ou informar sobre a mudança de endereço.

Nossa reflexão tem como cenário e ponto de partida duas instituições situadas no Rio de Janeiro. Ela se inicia na Unidade de Reinserção Social (URS) Bangu e continua na nova casa, para onde nos mudados, em Campo Grande. Essa nova casa, como explicaremos, foi denominada de URS Paulo Freire. Essa passagem tem implicações importantes para a história de criação de espaços de escuta e participação, que relataremos a seguir.

## *De Bangu a Campo Grande: como a URS Bangu virou URS Paulo Freire*

O depoimento de João, um dos adolescentes que viveu a transição entres as duas instituições<sup>7</sup>, aponta para o desafio da mudança, a adaptação ao novo lugar e seu próprio processo de saída da instituição: *"Poh, tia! Não está sendo nada fácil fora daqui. Tenho saudades da URS Bangu. Aqui é bonito (URS Paulo Freire). Lá era realmente feio, mas tinha uma coisa de casa. A gente via vocês e vocês nos viam..."*

Suas palavras não eram um simples desabafo ou apego a outra casa. Elas nos tocaram e nos fizeram parar para refletir. Compreendemos que o processo de pertencimento que iniciou em Bangu precisava estar também em Campo Grande. Afinal, foram sete anos vividos naquele local, onde se construiu toda uma rede protetiva. Porém, esta fala de João parecia denunciar outras coisas em relação a dinâmica do trabalho, algo que parecia ter se perdido nas "coisas da mudança". A mudança revelou ser mais que uma simples troca de imóvel ou mudar a mobília de lugar. Compreendemos que era necessário fortalecer o sentimento de pertença nesse novo território.

Foi assim que aconteceu. Em outubro de 2018, a URS Bangu foi transferida de território e de imóvel para cumprir determinação judicial. Porém, não foi encontrado imóvel adequado em Bangu para uma instituição de acolhimento e, por este motivo, fomos para Campo Grande. Essa mudança criou muitas expectativas e ansiedade, tanto nos funcionários, como nos adolescentes, mesmo sendo isso muito esperado por todos, pois o espaço físico da instituição em Bangu era muito restrito e precário.

A familiaridade com o território deixava todos muito à vontade, mesmo com as limitações que o território impunha e o que isto significava para o trabalho. Ir para um local novo trazia ao mesmo tempo a possibilidade de novas práticas e o receio de não sermos acolhidos.

Uma casa nova precisava de um nome novo. Logo, os meninos foram consultados e começaram a sugerir vários nomes. Este processo também foi compartilhado com os educadores e a equipe de apoio<sup>8</sup>. A troca de sugestões durou dois dias de forma presencial e por WhatsApp. Até que um educador usou a palavra “esperançar”. Primeiro os adolescentes pensaram que estavam diante de um erro e fomos pesquisar. Assim, nos deparamos com a definição do verbo esperançar no pensamento de Paulo Freire, que diz:

É preciso ter esperança. Mas tem de ser esperança do verbo esperançar. Por que isso? Porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. Esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Ah, eu espero que melhore, que funcione, que resolva. Já esperançar é ir atrás, é se juntar, é não desistir. É ser capaz de recusar aquilo que apodrece a nossa capacidade de integridade e a nossa fé ativa nas obras. Esperança é a capacidade de olhar e reagir àquilo que parece não ter saída. Por isso, é muito diferente de esperar; temos mesmo é de esperançar! (FREIRE, 1997, p. 110-111).

Depois da leitura do texto acima e de conhecer um pouco da história de Paulo Freire e sua contribuição à educação, os adolescentes e a equipe chegaram a um acordo sobre o nome da instituição, que passou a se chamar URS Paulo Freire. E a certeza da escolha do nome da instituição veio na fala de Antônio, que, na hora, disse: “Esse cara tem tudo a ver com a gente”<sup>9</sup>.





# "Temos direito de morar e sermos respeitados" e outros questionamentos

Logo no primeiro dia na nova casa recebemos a visita de um homem que se apresentou como representante dos moradores, dizendo que um 'abrigo', principalmente de adolescentes, não era bem-vindo naquele local e que a tolerância com os meninos seria zero. Esse fato deixou todos apreensivos, principalmente, em relação à segurança dos meninos. A participação na vida comunitária naquele lugar precisava ser construída. Mas sabíamos que agora seria diferente com a vivência de participação já adquirida pelos adolescentes e funcionários e com o fato de que os adolescentes, agora, sabiam que tinham um lugar, sentindo-se "empoderados" enquanto cidadãos. Como bem expressou João: *"O lugar não é só deles. A gente não vai aprontar aqui. Temos direito de morar e sermos respeitados. Sei que os 'menor' às vezes alopram, mais vamos mandar a real e quem não quiser ficar. Mete o pé!"*<sup>10</sup>.

Como que fortalecidos por estas palavras, os adolescentes propuseram que nos reuníssemos e conversássemos sobre o ocorrido. Eles estabeleceram algumas regras de convivência comunitária com o lugar ao qual agora buscávamos pertencer. Algumas destas regras foram: não usar drogas próximo ao abrigo; não seria admitido quebrar a casa, fazer arruaça, pedir dinheiro aos pedestres ou qualquer outra coisa que os deixassem mal vistos. É claro que estas regras precisavam constantemente ser revistas e reavaliadas.


Em 28 de outubro de 2019, quando completamos um ano na URS Paulo Freire, mais uma vez, os adolescentes acolhidos, e outros que já haviam deixado a instituição, apontaram que algo diferente estava acontecendo. Algo que parecia provocar um saudosismo da URS Bangu e alguns questionamentos.

O que estava diferente que interferia na dinâmica do trabalho? Que coisas eram essas que ficaram perdidas na mudança? Essas perguntas foram provocadas tanto pelos adolescentes que estavam acolhidos, como pelos visitantes, ao dizerem: *"aqui (URS Paulo Freire) os educadores ficam na sala deles e*

*nós na casa. Eles ficam longe, não conversam como antigamente” (referindo-se a URS Bangu) <sup>11</sup>. Por sua vez, os educadores também demonstravam esse saudosismo: “Nossa! Tenho saudades de Bangu, lá o diálogo era melhor”<sup>12</sup>.*

É importante destacar que a equipe, composta por educadores, equipe de apoio e técnica<sup>13</sup>, assim como a direção da instituição, era a mesma, mas algo estava diferente. O quê? A mudança não era só de casa, mas parecia que era também de atitude e isto estava refletindo, inclusive, no comportamento dos adolescentes, que usaram a linguagem verbal e não verbal para apontar que tínhamos que rever nosso trabalho. Desta forma, pudemos juntos resgatar ‘as coisas’ que pareciam ter sido perdidas, como: o diálogo, os sentimentos de pertencimento e o respeito à história da URS, da qual cada um, que ali estava, fazia parte. Juntos compreendemos que isso só foi possível porque o exercício da participação já fazia parte da dinâmica da instituição.

## *O conceito de participação e o processo de desligamento institucional*



O conceito de participação infantil e juvenil se firma como um direito que crianças e adolescente têm de se expressarem e terem suas vozes respeitadas, a partir da ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) e, no Brasil, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, ECA, 1990). Muito se avançou desde a década de 1990 no que tange a adoção do referencial de direitos humanos para a população infantil e juvenil, cujos princípios passaram a nortear as diretrizes das políticas públicas em todos os setores. No que se refere ao direito à participação, constata-se que há ainda um longo caminho a percorrer e não apenas no Brasil (TISDALL, 2017; COLLINS, 2019; CARRANO, 2012; RIZZINI, 2019). Os desafios são ainda maiores no caso de crianças, adolescentes e jovens em contextos de alta vulnerabilidade, como, por exemplo, aqueles que se encontram em situação de rua ou que moram em ocupações urbanas (COUTO; VALE; RIZZINI, 2019). As oportuni-

des que crianças e adolescentes em Serviços de Acolhimento Institucional têm para se expressarem e participarem de decisões tomadas sobre suas vidas, são praticamente inexistentes. Essa é também uma questão que permanece pouco pesquisada (BARROS, 2017). De acordo com o levantamento e a análise da produção acadêmica, publicada entre 2000 e 2019, sobre acolhimento institucional<sup>14</sup>, estudos relatam que as crianças não são ouvidas pelos dirigentes das unidades de acolhimento. Por isso, seus comportamentos acabam marcados pela invisibilidade e pela transgressão. Neste sentido, é fundamental que sejam pensadas políticas institucionais, mas também políticas públicas, que superem a perspectiva adultocêntrica (ORIONTE; SOUSA, 2005). Nesse sentido, a implementação de metodologias participativas torna-se uma estratégia privilegiada para que os profissionais acessem esse grupo e conheçam suas percepções acerca de aspectos importantes do acolhimento, mas também de seu modo de vida como um todo. As unidades de acolhimento institucional também podem (e devem) contribuir para que crianças e adolescentes conheçam seus direitos e os meios para sua efetivação (SANTANA; AVANZO, 2014).

Para Doyal e Gough (1994), a participação é uma necessidade elementar e universal, assim como abrigo e alimento, transcendendo o vínculo biológico e as contingências do desenvolvimento humano. Este ponto é igualmente abordado no escopo da psicologia social, que reconhece como condição básica de todos os sujeitos a sua inclusão em um grupo, a sua valorização, os desejos e os sentimentos que cada um traz. Ao ficar impossibilitado de participação na sociedade, o sujeito passa por um processo de sofrimento, que Sawaia (2010) denomina de sofrimento ético-político.

O documento “Orientações Técnicas”, emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 2009, corrobora com este posicionamento, ao definir da seguinte forma o que seriam grupos de pertencimento: “grupos aos quais ao longo da vida uma pessoa participa (familiares, escolares, profissionais, de amizade), que são fundamentais para construção da identidade individual e social” (CONAS/CONANDA, 2009, p. 97).

Desta forma, as relações construídas nos vários contextos (escola, família, trabalho e comunidade) vão fomentando o estabelecimento de vínculos, que se ligam entre si, tecendo uma grande teia que os conecta à vida. São elos que contribuem para o desenvolvimento de um sentido de per-



tencimento, que, no caso dos adolescentes em contexto de institucionalização, aqui analisado, fará grande diferença no processo de reinserção familiar, comunitária, e, de forma mais ampla, também social. Este processo, para o adolescente que se encontra nos Serviços de Acolhimento Institucional, é muito mais que sair de uma instituição. É sentir que faz parte de algo e que é importante para alguém.

Neste sentido, pensar os desafios da adolescência em situação de vulnerabilidade social está muito além do “pacote” trabalho, moradia, uso consciente do dinheiro e fortalecimento de vínculos. É fundamental levar em conta os modos de sustentação que estes adolescentes encontram para serem sujeitos no mundo, ou seja, os mecanismos de fortalecimento interno, como parte de seu processo de amadurecimento.

O adolescente está no centro deste texto. Um adolescente, em muitos aspectos, como qualquer outro, porém com certas especificidades que não podem ser ignoradas, como o fato de estarem vivendo longe de suas famílias. São, em geral, adolescentes que tiveram que ser afastados de seu contexto familiar e comunitário por motivos entendidos como violações de seus direitos, seja por situações de negligência ou de violência, que os tenha atingido diretamente ou a suas famílias, seja por casos de uso abusivo de drogas, encarceramento, doenças graves ou morte (FUKUDA; PENSO; SANTOS, 2009; CAVALCANTE ET AL., 2014).

Por isso, achamos importante refletir sobre o que se entende por adolescência. Sabemos que a adolescência é marcada pela tomada de consciência de um novo espaço no mundo, podendo produzir confusão, perda de referências e, ainda, pela configuração de uma nova autoimagem corporal, à medida em que o corpo passa por grandes e rápidas mudanças. É um momento do ciclo de vida, no qual valores adquiridos na infância são, com frequência, questionados e reformulados. Momento de abertura ao mundo, onde se assimilam novos valores, por meio de vivências em diferentes grupos, como amigos, escola, igreja, etc. (ABERASTURY, 1984; ERIKSON, 1987).

Sabemos, ainda, que estas vivências, assim como dilemas da vida, não se apresentam do mesmo jeito para todos os adolescentes. Por isso, se fala em adolescências, no plural (PAIS, 1990; CARRANO, 2012). A maioria dos adolescentes que focalizamos neste texto traz consigo histórias de muito

sofrimento e trajetórias, comumente, marcadas por separações e sentimentos de abandono. Além disso, condições socioeconômicas e de moradia precárias, afetam fortemente suas vidas. Não raro passam por experiências traumáticas de discriminação e preconceito, por serem jovens, pobres e negros, em sua maioria (CARLOS ET AL., 2011; RODRIGUES ET AL., 2014). Em se tratando da diversidade de adolescências, há, ainda, a questão das cobranças que recebem. Parece que, quanto mais precárias e desafiadoras as condições de vida de um adolescente, mais se demanda que eles apresentem condições para lidar com situações e problemas imensamente complexos, como, por exemplo, moradia, trabalho, profissão e geração de renda. Percebemos também que comportamentos próprios de qualquer adolescente, como o de desafiar autoridades ou de experimentar drogas, muitas vezes para se sentirem aceitos/as no grupo, são encarados como algo não permitido para aqueles que vivem na pobreza. Eles são sumariamente criminalizados. A representação do “menor infrator” ainda está muito presente, seja no ideário dos profissionais que atuam nas instituições de acolhimento, seja na sociedade como um todo (RIZZINI; CELESTINO, 2016).

Pensando nas instituições de acolhimento e na chegada da maioridade, os adolescentes experienciam uma passagem delicada e bastante decisiva em suas vidas. Chegou o momento no qual precisam deixar a instituição, estejam prontos ou não. Este é um momento temido pelos adolescentes, pois a vida na instituição não lhes preparou para o mundo, para a vida em sociedade, onde as pressões e as cobranças são imensas, mas as fontes de apoio mostram-se reduzidas e as oportunidades quase inexistentes.

O que significa, então, para este adolescente, sair da instituição de acolhimento? Como assinalamos, é um processo que gera muita ansiedade, mas se forem acompanhados e apoiados, sair da instituição significa crescimento. Ao serem confrontados com a entrada no mundo adulto, eles se deparam com suas potencialidades e limitações, e procuram reconhecer quais serão os enfrentamentos dali em diante, tentando se preparar para manejá-los e/ou contorná-los. As expectativas dos profissionais que trabalham com os adolescentes acolhidos é que eles possam aprender, por meio das experiências e de reflexões conjuntas, a se posicionar no espaço social de modo saudável e construtivo - ou seja, participando ativamente de seu próprio processo de saída da instituição.

# *Do direito à participação no contexto institucional*



A história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil tem repercussões importantes, até os dias de hoje. A análise da documentação histórica sobre a assistência à infância dos séculos XIX e XX mostra como se estabeleceu a chamada cultura da institucionalização no Brasil - um destino possível para os filhos da pobreza, considerados menores órfãos, abandonados ou delinquentes. Crianças e adolescentes, que historicamente vêm sendo institucionalizados, nos âmbitos da Assistência e da Justiça, continuam sendo vistos como uma ameaça à sociedade. Embora as grandes instituições fechadas, os “orfanatos” ou “internatos de menores”, tenham sido substituídos, após a vigência do ECA, pelas atuais instituições de acolhimento, as trajetórias de circulação entre a casa, a rua e as instituições de “proteção” continuam a caracterizar a população institucionalizada no presente (FRANGELLA, 2000; NEUMANN; CISNEROS, 2009; RIZZINI, 2011). Neste contexto, observa-se que persiste um viés educativo-disciplinador nas instituições de acolhimento, destinadas às crianças provenientes das classes precarizadas da sociedade.

A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>15</sup>, os municípios começam a se responsabilizar pelos cuidados com crianças e adolescentes considerados em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, passando a assumir a execução de políticas públicas voltadas para esses indivíduos, que necessitam de proteção especial.

Desta maneira, a oferta de Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, no âmbito das Políticas Públicas de Assistência Social do Brasil, tem sua formulação e definição respaldadas nas medidas de proteção previstas no ECA. Envolve medidas aplicadas pela autoridade competente (Juiz, Promotor ou Conselho Tutelar) a crianças e adolescentes que, por algum motivo, tiveram seus direitos fundamentais violados ou ameaçados, sendo expostos a uma situação de risco pessoal ou social, na forma do disposto no art. 98 do Estatuto. O Serviço de Acolhimento Institucio-

nal é definido como atendimento institucional a crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e que necessitam ser afastados, temporariamente, da convivência familiar e comunitária (BRASIL, PNCF, 2006).

Para tanto, é imprescindível que seja concretamente estabelecido o reordenamento institucional, que vise à garantia das condições de sobrevivência, do desenvolvimento social e pessoal, à integridade física e moral e ao atendimento individualizado. No ano de 2013, a partir da publicação das Resoluções nº 15 e 17 pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e da aprovação das Resoluções nº23 e 31 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), deu-se início ao processo de expansão qualificada e reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos. Por expansão qualificada, entende-se a implantação de novos serviços de acolhimento de acordo com os parâmetros nacionais existentes. O reordenamento institucional compreende o processo gradativo que envolve a gestão, as unidades de oferta do serviço e os usuários, visando à qualificação da rede de serviços de acolhimento existentes e sua adequação às normativas vigentes.

Neste texto, defenderemos que a experiência de acolhimento institucional pode ser entendida como de reconstrução de suas histórias, sobretudo para adolescentes com trajetórias de vida dolorosas, a partir dos espaços de escuta e participação no contexto institucional. Essa é a aproximação que fazemos ao situá-los como protagonistas de suas vidas e histórias, que vão sendo contadas, recontadas e ressignificadas, junto aos adultos que compõem a equipe e passam a ser referências significativas em suas vidas. Por isso, a atuação dos profissionais nos serviços de acolhimento precisa ser muito cuidadosa, levando em consideração dimensões psicológicas e sociais para o planejamento de sua intervenção e visando que os processos de inclusão ou reinserção familiar, comunitária e social sejam construídos com o adolescente e sua família. Para tanto, a escuta se torna um instrumento primordial para compreender os contextos onde se inserem os adolescentes e suas famílias.

Desta forma, modelos do passado, que primavam pela institucionalização de longa permanência, que acabavam reforçando o abandono de crianças e adolescentes, dão lugar a priorização do direito à convivência familiar e comunitária. Este direito tem em sua concepção os Marcos Legais da Lei 8069/90 (ECA), da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993], da Política Nacional de

Assistência Social (PNAS, 2004), do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006), da Lei da Adoção 12010 (2009), das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e adolescentes - Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1 (2009); das Diretrizes Internacionais das Nações Unidas para Cuidados Alternativos às crianças; e da Resolução CNAS 023 (2013), que pactuam o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com enfoque no reordenamento dos serviços de acolhimento institucional em todo território nacional (BRASIL, 2009).

A partir destes referenciais, baseados no respeito aos direitos da população infantil e adolescente, as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes podem ser pensadas como lugar de cuidado, onde se respeita o direito à participação dos mesmos. Porém, práticas historicamente enraizadas não se transformam sem grande empenho, investimento e tempo. Os desafios dos profissionais que trabalham em instituição de acolhimento para reverter a lógica da cultura da institucionalização são enormes. Vencer os obstáculos, acreditar e colocar em prática o que parece pouco provável, ou mesmo impossível, é uma tarefa desafiadora, que não pode se restringir ao campo das ideias para que se efetive.

Um elemento, que constitui um marco importante e um diferencial em relação ao passado, é, portanto, o reconhecimento do direito à participação de crianças e adolescentes, firmando a concepção de que eles são atores sociais, agentes de transformação, com competências até então ignoradas ou silenciadas e capazes de participar ativamente em defesa de seus direitos, nos espaços públicos, onde decisões são tomadas sobre suas vidas (RIZZINI, 2019). Pensar a participação como um direito traz um grande desafio para o serviço de acolhimento institucional. Participação como ato político, como uma conquista e não como uma concessão de alguém.



# Promovendo espaços de escuta e participação



## O almoço em família: frango com quiabo

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes envolve 'acolher' também as famílias, no sentido que esta faz parte de todo o processo de vida e de permanência do adolescente na instituição, assim como do processo de desligamento da mesma, principalmente, se pensarmos que um dos objetivos desta medida protetiva é reinserir, seja na família de origem, na extensa ou na substituta. Importante lembrar que a possibilidade de retorno à família nem sempre existe. Portanto, a passagem pela instituição de acolhimento pode ser uma oportunidade, talvez a única, para muitos adolescentes, para apoiá-los quando se aproximam da maioridade.

O afastamento familiar provoca neste adolescente dores, medos e incertezas, que aparecem claramente em seu comportamento nesse período, como: auto boicote, agressividade, angústia, comportamentos infantilizados e insegurança. A cena que descrevemos a seguir demonstra a delicadeza deste momento de desligamento da instituição e retorno à casa, onde o desejo e, ao mesmo tempo, o medo tomam conta deste adolescente e também de sua família, sobretudo sua mãe.

Dois irmãos protagonizaram essa história. Nós os chamaremos de Danilo e Joca, com 14 e 17 anos, respectivamente. Joca chegou primeiro ao acolhimento, após conflito familiar intensificado por seu uso abusivo de drogas e pelo uso de álcool por sua mãe e por seu padrasto. Danilo chegou depois, por uma busca e apreensão que também resultou no acolhimento de sua irmã de 10 anos, deixando a casa vazia (sem os filhos).

O afastamento dos filhos parece ter 'desvitalizado' esta mulher, que aumentou o consumo de álcool, o que, para a rede protetiva<sup>16</sup> que 'acompanha' esta família, seria um elemento que impossibilita os filhos de voltarem para casa. No entanto, pudemos observar, durante o período de

acolhimento, como o afeto se fazia presente nas relações desta família. Outro ponto marcante para nós foi quando Danilo e Joca se referiram à mãe como uma pessoa forte e que estava sofrendo, principalmente, pelo afastamento da irmã caçula. Porém, essa imagem de uma mulher forte parecia estar longe daquela que se apresentava nos atendimentos com a equipe da URS Paulo Freire. O que víamos era uma mulher sem vida, sem vontade de lutar pelo retorno dos filhos, ou melhor, que não sabia o que fazer para tê-los de volta. Parecia que a desesperança tinha tomado conta dela.

Trabalhando pela possibilidade de que a reinserção familiar ocorresse nesta família, entendemos que escutar esta mulher era fundamental. Assim como era importante envolver os filhos neste processo para que pudessem ‘resgatar’ essa mãe, que parece ter se perdido quando seus filhos foram afastados. Sendo assim, solicitamos que os adolescentes apontassem o caminho para ajudar sua mãe a tê-los de volta. Logo surgiu a primeira contribuição, de Joca, que disse que o sonho da mãe era voltar a estudar: *“Ela não sabe ler”*. Danilo: *“Eu acho que não posso voltar, tô em risco. Mas queria almoçar com minha mãe. Fazer um almoço para ela aqui. A comida preferida dela é frango com quiabo”*.

Com essas duas contribuições realizamos uma visita à casa da mãe. Tivemos um ‘dedinho de prosa’ sobre a vida desta mulher, que falou dos seus amores, dos seus filhos, do que gostava e da alegria que enchia sua casa quando os filhos estavam ali. Vimos álbum de fotografias dos filhos, inclusive dos que já partiram, dos netos e dos passeios em família. Falamos da sugestão dos meninos, a emoção tomou seus olhos de lágrimas e ela disse: *“Eles lembram do que eu gosto. É meu sonho de ir para a escola e adoro frango com quiabo”*. Sugerimos que cozinhasse para os filhos, mas preferiu só ir almoçar com eles.

Ao voltar para a URS encontramos os adolescentes e demos o retorno da visita com a mãe e como ela recebeu as sugestões que deram. Falamos sobre a matrícula escolar que seria realizada para que a mãe voltasse a estudar e que o almoço seria no próximo domingo.

Acolher o desejo desta família possibilitou a construção do caminho de volta para casa. Ah! O frango com quiabo estava uma delícia. E os convidados foram os outros adolescentes acolhidos e os funcionários que estavam presentes e que sentaram juntos à mesa para desfrutar deste almoço de domingo e das histórias contadas neste dia. Foram muitas emoções e um importante aprendizado para todos nós.



# Mecanismos promotores de espaços de escuta e participação

A equipe da URS Paulo Freire foi experimentando, com a participação de todos, mecanismos que pudessem proporcionar espaços de escuta e participação. Citamos alguns deles: os grupos focais, as oficinas temáticas e, principalmente, o incentivo à participação dos adolescentes nas decisões do dia a dia na instituição. Todos podiam sugerir os temas a serem discutidos: a equipe técnica, educadores e os adolescentes acolhidos.

A seguir, relatamos um acontecido que bem exemplifica como, aos poucos, foi sendo possível criar espaços de escuta, estimulando a participação das pessoas envolvidas no cotidiano institucional. Uma ação que consideramos promotora de um sentido de autonomia, que beneficiava em muito os adolescentes, e que se estendia a toda a equipe.

Foi assim que aconteceu. A partir das ideias e trocas que foram ocorrendo nos espaços criados e da constatação de uma certa “confusão ou insatisfação” durante as refeições, a nutricionista da URS Bangu elaborou uma oficina temática-culinária, na qual era possível proporcionar ao adolescente e aos funcionários da URS a vivência da hora das refeições de forma mais prazerosa. As refeições costumam ser, na maioria das vezes, coletivas na instituição, ou seja, adolescentes, educadores e equipe de apoio comem juntos. Foi apresentada, então, de maneira lúdica, uma série de informações nunca partilhadas com os adolescentes sobre o que envolvia preparar a alimentação servida. Foram disponibilizados os valores ofertados pela prefeitura para a compra dos produtos alimentícios e o quê, dadas as limitações, poderia ser sugerido ao cardápio diário. Na fala de Gabriel, podemos perceber a sua admiração por suas conquistas no processo de autonomia que estava sendo construído, quando ele diz: *“Gosto muito de participar das oficinas de fazer comida. Acho que a ideia da tia em fazer isso, foi muito boa. Lembrei da minha avó. Senti saudades!”*<sup>17</sup>.

O processo de autonomia que foi se construindo, a partir dessa oficina, mudou a rotina das re-



feições da URS Bangu, que passaram a ser disponibilizadas em formato de “self service”. As colheres e pratos de plástico foram substituídos por garfos, facas e pratos de vidro. Este processo, em muito, foi resultado da participação dos adolescentes na oficina culinária. Usou-se um pouco de imaginação e muita coragem para mudar coisas aparentemente pequenas, mas que significavam muito, pois falavam de um sentido de respeito e confiança ao que se discutia e decidia coletivamente. Ficou claro que participar implica em se comprometer e assumir responsabilidades para o bem-estar de todos envolvidos.

Observamos um outro desdobramento, que não esperávamos. Foi na relação do adolescente com o alimento, com os funcionários da cozinha e com a vida fora da instituição. As palavras de Lorenzo ilustram esse momento: *“(...) Eu tinha vergonha de comer na rua. Porque não sabia comer com garfo e faca. Agora não! Eu escolho minha comida, aprendi a comer mais devagar. Posso comer na casa de outra pessoa sem problema”<sup>18</sup>.*

Foi um pouco surpreendente para todos o que ocorreu, mas gostaríamos de desmistificar a ideia de que o que relatamos é uma exceção, pois o contexto institucional não o permite. É possível mudar, mas, para isso, é preciso criar condições e sintonia de ideias e práticas na equipe. No processo vivido, sabíamos que alguma coisa tinha que mudar, havia uma intenção coletiva. Não sabíamos o quê, nem como, mas intuíamos que haveria consequências. Neste ponto, concordamos com Gulassa (2010), quando afirma que mudar paradigmas é mudar pessoas, mudar hábitos, mudar o jeito de ser e de pensar. É uma mudança em profundidade, atinge valores. Conduzir este processo exigiu, por um lado, iniciativa, ousadia e coragem e, por outro, cuidado, delicadeza e zelo.

Porém, mudar não é fácil. A fala de um membro da equipe, no caso a cozinheira, traz a dificuldade em lidar com as mudanças que foram se materializando no fazer desta instituição: *“(...) Vocês dão muita confiança para esses meninos. Agora querem escolher o que comem. Fazem a maior bagunça para se servir. Acho que isso não vai dar certo”<sup>19</sup>. Tempos depois, esta mudança adquiriu outro significado: “O self-service foi a melhor coisa, dá um trabalhinho, mas diminuiu o desperdício e o estresse da hora da comida”<sup>20</sup>.*

Gostaríamos de ressaltar um dado que a pesquisa nos possibilitou registrar por meio dos relatos das observações realizadas em campo e dos depoimentos descritos. Constatamos que o adolescente também é (e se sente) responsável pela mudança que esta instituição vem se permitindo



realizar. E, mais uma vez, destacamos a importância de se tentar ao máximo que o processo seja coletivo. Isso é desafiador, tanto para os adolescentes, como para os adultos envolvidos, que precisam repensar seu autoritarismo e preconceitos. Para os adolescentes, o desafio é desconstruir o que possivelmente lhes foi cobrado a vida toda, ou seja, que obedeçam sem questionar coisa alguma, sobretudo a autoridade do adulto. Tarefa ainda mais difícil é deixar a atitude de dependência e assumir a responsabilidade sobre seus atos. O depoimento de Antônio, a seguir, ilustra bem esse ponto: *“Aqui, a gente escolhe e dá opinião sobre o almoço, lanche e na janta ... Sobre a comida sabe. Até quando a gente vai enfeitar a casa para o natal ou mudar a cor da parede, as tias perguntam pra gente.”*

As oficinas temáticas também estimularam a descoberta de novos talentos. Um exemplo disso foi a oficina culinária, que era disputadíssima entre os meninos, uma vez que eram escolhidos apenas três adolescentes em cada oficina. Neste dia, eles eram responsáveis pelo preparo dos alimentos e em servir as refeições para todos os acolhidos e funcionários. Isso teve o efeito de aproximá-los mais da equipe.

Observamos que as oficinas temáticas e os grupos focais traziam a leveza do brincar. O brincar, como sabemos, facilita a comunicação, tanto consigo como com os outros (WINNICOTT, 1975). Proporciona o diálogo e estimula a escuta, possibilitando que os adolescentes tocassem em assuntos nem sempre fáceis de se falar.

Um exemplo disso nos veio quando o adolescente João nos contou como se sentia na instituição, refletindo sobre suas experiências anteriores. Para ele, a aproximação da família foi o diferencial que mais o marcou.

*Eu não gostava do meu pai. Tinha muita raiva dele. Aqui pude falar disso sem medo de brigarem comigo. Pude me aproximar da minha família. Os outros abrigos faziam eu me afastar da minha família e a raiva só aumentava. (...) Voltei a falar com meu pai (João, 2018).*

A possibilidade de poder rever seus sentimentos e ressignificar suas perdas foi importante para que o adolescente pudesse dizer sem medo que, naquele momento, tinha raiva do pai. Ele pode entender, ainda, o que aquele sentimento despertava nele e como o afetava em suas relações

com seus pares.

Constatamos que a metodologia utilizada, experimentando diferentes mecanismos de escuta, foi bem aceita pelos adolescentes da URS Paulo Freire. E, em alguns momentos, esses mecanismos, como as oficinas, grupos focais e as rodas de conversas, são solicitados por eles como forma de intervenção. Isto também possibilitou que pudessem desejar serem ouvidos de forma individualizada, tanto no espaço institucional, como na psicoterapia ofertada nos equipamentos de saúde do território. No depoimento abaixo, fica claro o reconhecimento de um dos adolescentes sobre o exercício da escuta:



*(...) Saber que a gente pode falar. Que tem alguém para ouvir e que a gente também pode escutar. Fez toda a diferença na minha vida. Vocês (técnicas e educadores) pensam que, o que vocês falam, entram por um ouvido e saem pelo outro, mas não, fica na nossa cabeça. Faz a gente parar para pensar<sup>21</sup>.*

Diversos estudos abordam essa questão. Para Rosseti-Ferreira et al. (2010, p.71), por meio da conversa, crianças e adolescentes “podem aprender sobre si e construir suas histórias, uma vez que, as experiências narradas ao outro favorecem a construção de seus próprios significados sobre o mundo e sobre si”. Outros autores sinalizam que, para poder oferecer espaços adequados à realidade do adolescente, é preciso promover diálogos que façam surgir suas necessidades, além de apoiar e contribuir para que estes entendam e assimilem suas próprias mudanças (OLIVEIRA; EGRY, 1997; OZELLA, 2003). Por fim, gostaríamos de ressaltar que esse ponto consta da Política Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFA, 2006), segundo a qual os interesses, as habilidades, as competências e as necessidades específicas das crianças e dos adolescentes são reconhecidos. Crianças e adolescentes devem ser ouvidos e incentivados à participação social e política

Um desdobramento interessante desta diretriz para os adolescentes é que, à medida em que a fala passa a ser valorizada, conseqüentemente, os serviços de saúde mental começam a ser vistos por eles não mais como “coisa pra maluco”, mas sim como parte do cuidado com a saúde e bem-estar. O que muito contribui para que fortaleçam seu sentido de autonomia, fundamental para aqueles que se aproximam da maioria no contexto institucional. Esse aprendizado também foi se dando

coletivamente.

## *Histórias vividas e contadas: considerações finais*

Ao longo dos caminhos de realização da pesquisa, compreendemos que a participação é processual e, portanto, algo que vai sendo construído na história contada por cada adolescente e nas histórias partilhadas no grupo. A oportunidade de confiar sua história a alguém que o escute permite a construção de uma linha de narrativa e de continuidade. A conversa implica que o adolescente seja um interlocutor que esteja participando de uma relação dialógica, na qual pode se colocar e construir em conjunto, no próprio percurso da conversa. Ao ser escutado, ele se engaja na conversação e tem sua narrativa estimulada de modo a poder refletir sobre sua própria vida.

Ficou claro que, mesmo com a lembrança dolorosa que cada história contada pode trazer, o adolescente ganha a autoridade sobre sua própria história, graças a sua narrativa. Com isso, há oportunidade de criação do novo e de reconstrução, vislumbrando novas trajetórias, e não apenas uma repetição sintomática da história vivida, de uma cadeia de fatos e acontecimentos marcados pela precariedade, pela violência e pelo abandono.

Para além da retórica da reinserção familiar, muitas vezes imposta como indicador de sucesso para os profissionais dos Serviços de Acolhimento Institucional e único caminho para os acolhidos, chegamos a uma outra compreensão. No contexto do trabalho realizado na instituição, a “reinsersão”<sup>22</sup> tem um sentido mais amplo, sobretudo quando se trata de adolescente e seu percurso para a vida fora dos muros da casa que temporariamente o acolheu. Significa poder ter a oportunidade de aprender a conviver consigo, com outras pessoas no seu entorno e com sua família, reconhecendo que a convivência familiar nem sempre é ‘morar junto. É poder fazer escolhas e também poder construir um lugar, seja junto à família ou não, no qual possa se sentir pertencente.

Ressaltamos que esta é uma reflexão e um cenário que se configuram como uma mudança provocada pelo processo de reordenamento do serviço de acolhimento, que está sendo construído na referida Unidade de Reinserção Social. E que esse processo se encontra em pleno curso, pois mudanças são dinâmicas, estão sempre em movimento. Como apontamos, essa é uma tarefa delicada, arduamente construída, principalmente, porque a cultura da institucionalização ainda está muito presente nas unidades que ofertam serviços de acolhimento institucional. Na URS Paulo Freire não é diferente. A frase que retrata muito bem esta lógica é constantemente dita nos corredores institucionais e pelos parceiros do Sistema de Garantia de Direitos: “Não adianta nada. Estamos secando gelo, esses meninos não têm jeito”. É justamente contra essa estagnação que lutamos no exercício de superar os desafios que se colocam no cotidiano institucional.

Nessa perspectiva, estamos falando de mudar paradigmas, mudar culturas fortemente enraizadas, mudar pessoas e a nós mesmos, mudar hábitos e o jeito de se pensar. Este processo demanda que a rede se articule e se reinvente de forma horizontalizada e implicada. Isto só é possível por meio de um processo coletivo de intervenção e implicação, no qual todos os envolvidos possam rever suas práticas, objetivando a proteção integral de crianças e adolescentes. Trabalhar em rede exige habilidade para lidar com grupos diferentes e dialogar em prol de um objetivo em comum, que é o desenvolvimento humano e social de todos os envolvidos.

O desafio maior para esta mudança é que ela não esteja apenas vinculada a uma gestão ou a um ou outro profissional, mas que faça parte da lógica dos serviços de acolhimento, possibilitando a criação de metodologias que sejam revistas e reavaliadas, tanto pelos profissionais, como pelos adolescentes acolhidos e por suas famílias. Acreditamos que estas formas de participação podem contribuir para políticas públicas que tragam em seu cerne a responsabilidade de acolher.

As histórias acima relatadas são apenas alguns exemplos dos processos vividos. As palavras não dão conta de explicitar as nuances, as emoções e os sentimentos de cada momento, mas acreditamos que elas tenham mostrado bem a importância dos espaços de escuta e de participação. Por meio deles, os adolescentes puderam não apenas compreender suas inseguranças quanto ao futuro, mas também olhar de uma outra forma para sua própria história, a fim de reconstruí-la, mes-

mo tendo marcas dolorosas. As experiências de acolhimento institucional precisam ser relatadas e refletidas para que possam ser ressignificadas, visto que o passado, por mais difícil que seja, é o que integra a história do indivíduo até aquele dado momento. Cada história precisa ser respeitada e tratada de modo sensível. Ademais, ter consciência do que sentem e pensam e avaliar os efeitos de suas vivências contribuem para a construção de um sentido de autonomia e confiança em si mesmo, especialmente importante para os jovens.

A pesquisa nos ajudou a compreender que tudo isso só tem sentido se a escuta estiver presente como instrumento de intervenção, com sensibilidade e delicadeza para receber cada história contada. Vimos que é necessário saber acolher o silêncio ou, às vezes, o choro e também compartilhar o sorriso e os planos de saída da instituição. Constatamos que os espaços de escuta criados no trabalho coletivo iniciado na URS Bangu e continuado na URS Paulo Freire, de fato, eram vistos pelos adolescentes como oportunidades para participarem e terem suas opiniões levadas a sério. Não necessariamente acatadas, pois eram decididas em conjunto, porém respeitadas.

Concluimos com a consciência de que a proposta de reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional é notadamente um desafio. Mesmo com todas as normativas e orientações técnicas disponíveis, estas parecem ser insuficientes para prover condições de que as instituições de acolhimento possam atender as necessidades de proteção de seus acolhidos. Muitas instituições encontram-se em espaços inadequados, sucateados e com profissionais sem qualificação e suporte necessários, além de mal remunerados.

Para que mudanças se efetivem é necessário que os profissionais se apropriem teórica e metodologicamente deste campo de atuação, construindo suas intervenções pautadas nos marcos legais, nas pesquisas e na literatura baseada nas experiências desenvolvidas no Brasil e em diversos países. Esperamos que este breve relato que partilhamos com nossos leitores deixe marcada a valorização dos espaços de escuta e de participação no contexto institucional.





1. A partir da Lei Federal no 12010/2009 (Lei de Adoção), houve uma profunda mudança no *abrigamento*, que passou a ser denominado *acolhimento institucional*. É uma das medidas de proteção previstas pela Lei Federal nº 8069/1990 (ECA) e aplicáveis a crianças e adolescentes sempre que os direitos reconhecidos naquela lei forem ameaçados ou violados.
2. A instituição de acolhimento a que se refere essa pesquisa é a URS Paulo Freire (antiga URS Bangu).
3. Em relação a escolha dos nomes, alguns foram sugeridos pelos adolescentes após conversa sobre a participação na pesquisa, sendo explicada a importância de não os expor. Em três casos, os nomes foram sugeridos pela pesquisadora, pois não quiseram escolher no momento. Isso aconteceu em roda de conversa.
4. O propósito da observação participante é obter uma compreensão profunda de um tema ou situação particular através dos significados atribuídos ao fenômeno pelos indivíduos que o vivem e experimentam, sendo especialmente adequada para o estudo de fenômenos sociais sobre o qual pouco se conhece e onde o comportamento de interesse não está prontamente disponível para visualização pública (GIVEN, 2008).
5. Depoimento de Antônio, 18 anos, julho de 2018.
6. O sentimento de desamparo aparece já nas primeiras experiências da vida, como resultado da incompletude do organismo, de sua necessidade de realizar trocas com o mundo e da extrema dependência da ajuda de outros (LAPLANCHE e PONTALIS, 1970).
7. O adolescente João saiu do acolhimento em abril, após completar 18 anos. Retornou para casa, depois de longo período de acolhimento. Passou parte de sua infância e toda sua adolescência em instituição de acolhimento. Permaneceu na URS Paulo Freire 2 anos e meio, até completar a maioridade.
8. Manipuladores de alimentos (cozinheira) e auxiliar de serviços gerais.

9. Depoimento de Antônio, 18 anos, outubro de 2018.

10. Palavras de João, 17 anos, abril de 2018.

11. Joca, 17 anos, dezembro de 2019.

12. Educador Social, dezembro de 2019.

13. A equipe técnica é composta por: 1 assistente social, 1 psicóloga, 1 nutricionista e 1 pedagoga. A equipe de educadores é composta por 2 educadores por plantão diurno e noturno (total de 8 profissionais). Equipe de apoio é composta por: 4 cozinheiras, 2 porteiros e 2 auxiliares de serviços gerais (plantões diurnos).

14. Esse levantamento faz parte do projeto “Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro”, coordenado pela professora Irene Rizzini (FAPERJ/CNE, Cientista do Nosso Estado, 2017-2020; FAPERJ Ref. N° E-26/202.812/2017. Além do levantamento da produção acadêmica sobre acolhimento institucional, no âmbito deste projeto, está em curso uma pesquisa de campo junto às instituições de acolhimento do estado do Rio de Janeiro e uma análise das normativas relacionadas ao tema. Parte das análises realizadas já está disponível no site do CIESPI (<http://www.ciespi.org.br/>).

15. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é considerado um marco na proteção da infância e tem como base a doutrina de proteção integral, reforçando a ideia de “prioridade absoluta” da Constituição. A partir do ECA, o Brasil traz para si a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e introduz novos parâmetros legais para todas as crianças e todos os adolescentes brasileiros, não importando sua classe social, garantindo a todos proteção integral (GULASSA, 2010).

16. Rede protetiva e do Sistema de Garantia de Direitos que vem acompanhando esta família há mais de quatro anos (CREAS, Conselho Tutelar).

17. Relato de Gabriel, 15 anos, agosto de 2017.

18. Relato de Lorenzo, 16 anos, março de 2018.

19. Depoimento de nossa cozinheira, fevereiro de 2018.



20. Idem, março de 2018.

21. Depoimento de Zyan, 17 anos, julho de 2018.

22. Aqui cabe uma breve reflexão crítica sobre o conceito de (re)inserção, um termo que implica que o indivíduo deixou de estar inserido em algum momento. Isso não faz qualquer sentido se pensarmos em inserção social, por exemplo. Mesmo se tratando de 'reinserção familiar', há que se ponderar que o fato de se estar vivendo, temporariamente, fora do contexto familiar não significa deixar de 'estar inserido' emocionalmente de alguma forma, seja na lembrança ou no imaginário.



# Referências Bibliográficas

- ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. Adolescência normal. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- ALTOÉ, Sonia. A psicanálise pode ter algum interesse no trabalho institucional com crianças e adolescente? In: ALTOÉ, S. (org.). Sujeito do direito, sujeito do desejo: direito e psicanálise. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.
- BARROS, Alice G. O direito à participação de adolescentes em acolhimento institucional a partir de suas perspectivas. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2017.
- BRASIL (ECA). PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília-DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 1990.
- \_\_\_\_\_. (LEI DA ADOÇÃO). PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 12010, de 03 de agosto de 2009. Brasília-DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2009.
- \_\_\_\_\_. (PNCFC). PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS; CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília-DF: CONANDA, 2006.
- \_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA); CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília-DF: CNAS, 2009.
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS); CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). Resolução Conjunta CNAS/CONANDA 001, de 18 de junho de 2009. Brasília-DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2009.
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução CNAS 145/04, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2009.
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME; CONSELHO NACIONAL

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução CNAS 023/13, de 27 de setembro de 2013. Brasília- DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2013.

CARLOS, Diene M.; FERRIANI, Maria Das Graças C.; SILVA, Marta A.; LEITE, Jessica, T. Vivências no Espaço Escolar de Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica em Acolhimento Institucional. *Cienc Cuid Saude*, 10(2):298-305, Abr/Jun. 2011.

CARRANO, Paulo C. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. In: *O Social em Questão*. PUC-Rio, Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social. Rio de Janeiro: PUC-Rio, nº 27, 2012.

CAVALCANTE, Lilia I. C.; ARAÚJO, Cristina R.; GOÉS, Érica Luana C.; MAGALHÃES, Celina Maria C. Análise das condições sociofamiliares de crianças em acolhimento institucional: comparando dois momentos. *Psicol. Argum.*, 32(76), pp. 79-92, jan./mar. 2014.

CERQUEIRA, Carla M. A Participação de adolescentes no processo de desligamento do acolhimento institucional e o direito à convivência familiar e comunitária. Dissertação de mestrado. PUC-Rio, Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2019.

COLLINS, Tara. The general measures of implementation: opportunities for progress with children's rights, *International Journal of Human Rights*, 23(3), 338-356, 2019.

COSTA, Nina Rosa A.; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Acolhimento Familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 111-118, 2009.

COUTO, Renata M. B.; VALE, Juliana M. B. T.; RIZZINI, Irene. Vozes de jovens grávidas e/ou mães em contextos de vulnerabilidade: resultados de pesquisa e subsídios para políticas públicas. *Caderno de Pesquisa e Políticas Públicas CIESPI Nº 7*. Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio; Associação Beneficente São Martinho; FAPERJ, 2019.

DOYAL, Len; GUOGH, Ian. *Una teoría de las necesidades humanas*. Trad. José Antonio Moyano; Alejandro Colás. Barcelona: Icaria Fuhem, 1994.

ERIKSON, Erik H. *Identidade, juventude e crise*. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 1968.

FRANGELLA, Simone M. Fragmentos de Corpo e Gênero entre Meninos e Meninas de Rua. *Cadernos Pagu*, nº 14, pp.201-234, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

FUKUDA, Cláudia Cristina; PENSO, Maria Aparecida; SANTOS, Benedito R. *Configurações sociofamilia-*

res de crianças com múltiplos acolhimentos institucionais. *Arquivos Brasileiros de Psicologia* (Rio de Janeiro/RJ), 65, pp. 70-87, 2013.

GOLIN, Gabriela; BENETTI, Silvia P. C. Acolhimento precoce e o vínculo na institucionalização. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 29, n.3, p. 241 – 248, Set/2013.

GULASSA, Maria Lúcia (org). *Novos Rumos do acolhimento institucional*. Associação dos Pesquisadores de Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Criança e adolescente – NECA. São Paulo: NECA, 2010.

GIVEN, Lisa M. *The Sage encyclopedia of qualitative research methods*. Volumes 1 e 2. California: SAGE Publications, 2008.

LAPLANCHE, Jean e PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário de psicanálise*. Santos: Martins Fontes, 1970.

OLIVEIRA, Maria Amélia C.; EGRY, Emiko Y. A adolescência como constructor social. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 7(2), p.12-21, 1997.

OLIVEIRA, Shimênia V.; ROCHNO, Caio César S. C. A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v.30, n.1, p.62-84, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Convenção dos Direitos da Criança*. Nova York: ONU, 1989.

ORIONTE, Ivana; SOUSA, Sônia Margarida G. O significado do abandono para crianças institucionalizadas. *Psicologia em Revista (Belo Horizonte)*, 11, 29-46, 2005.

OZELLA, Sérgio (org.). *Adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais*. In: Ozella, S. (org.). *Adolescências Construídas – A visão da Psicologia socio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003. Pp. 17-40.

PAIS, José M. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. *Análise Social (Lisboa)*, v. XXV (105-106), p. 139-165, 1990.

POKER, Thalita Catarina D. Políticas de identidade no sistema de acolhimento a crianças: uma história de vida de uma pós abrigada. *Revista Psicologia e Sociedade*, São Paulo, v. 29, p.1-9, 2017.

RIZZINI, Irene. *O século perdido. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. São Paulo: Ed. Cortez, 2011 (3ª edição).

\_\_\_\_\_. *Young people's participation in public spaces on behalf of their rights*. University of Campinas, 6th International Conference on the Geography of Children, Youth and Families. São Paulo: UNICAMP, Brazil, May, 22th - 24th, 2019.

RIZZINI, Irene; CELESTINO, Sabrina. A cultura da institucionalização e a intensificação das práticas de confinamento de crianças e adolescentes sob a égide da FUNABEM. Freitas, M. C. F. (org.). História Social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2016 (9a edição revista e ampliada).

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene; NEUMANN, Mariana M.; CISNEROS, Arianna. Estudos contemporâneos sobre a infância e paradigmas de direitos. Reflexões com base nas vozes de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro. In: O Social em Questão. PUC-Rio, Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social. Rio de Janeiro: PUC-Rio, nº 21, 2009.

RODRIGUES, Anelise L.; GAVA, Lara L.; SARRIERA, Jorge C.; DELL'AGLIO, Débora D. Percepção de preconceito e autoestima entre adolescentes em contexto familiar e em situação de acolhimento institucional. *Estud. psicol. (Rio de Janeiro)*, v. 14, n. 2, p. 389-407, 2014.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; SÓLON, Lilian A. G.; ALMEIDA, Ive G. A delicada arte da conversa e da escuta. In: Bernardi, D. C. F. (org.). Cada caso é um caso: a voz de crianças e adolescentes em situação de abrigamento. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. (Coleção Abrigos em Movimento).

SANTANA, Juliana P.; AVANZO, Janaina R. Infância e Direitos: o uso de metodologias participativas em contexto de acolhimento institucional. *Revista Subjetividades, Fortaleza*, 14(2): 306-318, agosto 2014.

SAWAIA, Bader B. (Org.). *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVA, Milena L.; ARPINI, Dorian Mônica. O Impacto da Nova Lei Nacional de Adoção no Acolhimento Institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas. *Psicologia em Revista, Belo Horizonte*, v. 19, n. 3, p. 422-440, dez. 2013.

TINOCO, Valéria; FRANCO, Maria Helena P. O Luto em Instituições de Abrigamento de Crianças. *Estudos de Psicologia, Campinas*, 28(4), 427-434, out./dez. 2011.

TISDALL, Kay. Conceptualising children and young people's participation: Examining vulnerability, social accountability and co-production. *The International Journal of Human Rights*, 21(1), p. 59–75, 2017.

WATHIER, Josiane L.; DELL'AGLIO, Débora D. Sintomas depressivos e eventos estressores em crianças e adolescentes no contexto de institucionalização. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 29, 305-314, 2007.

WINNICOTT, Donald W. Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: Winnicott, D. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

# *Sobre as autoras*

**Carla Cerqueira** exerce a função de psicóloga no CREAS, Centro de Defesa da Criança e Adolescente, nos Município de Duque de Caxias e Mesquita. Psicóloga da SMASDH/Rio de Janeiro na URS Paulo Freire, instituição de acolhimento de adolescentes. Mestra em Serviço Social pela PUC/ RIO. Graduiu-se em Psicologia na Universidade Federal Fluminense. Pós-graduação (lato sensus) em Psicopedagogia na UNIGRANRIO e curso de especialização em Violência Doméstica na Universidade de São Paulo/SP. Preceptora no projeto do PETSaúde de tecnologia de cuidados no SUS, desenvolvido pelo IFRJ. Autora de várias publicações, entre elas "Era uma vez realidade talvez: ampliando debates sobre vulnerabilidade social" (2020).

**Irene Rizzini** é professora da PUC-Rio (Departamento de Serviço Social) e Diretora do CIESPI/PUC-Rio (Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância). Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ); mestrado em Serviço Social (School of Social Service Administration, Universidade de Chicago). Em âmbito internacional, foi Presidente da Rede internacional de intercâmbio de pesquisa na área da infância (Childwatch International Research Network, 2002-2009). Mantém projetos de cooperação científica com diversas universidades em todos os continentes, tendo exercido a função de pesquisadora visitante nas universidades de Notre Dame, EUA e de Edinburgh, Escócia. Irene Rizzini recebeu os prêmios Guggenheim (2008-2009) e The Global Citizens Award (2016).

**Para mais informações consulte os editores desta série:**

[www.ciespi.org.br](http://www.ciespi.org.br)

**Irene Rizzini**

Diretora presidente do CIESPI/PUC-Rio e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

[irizzini.pucRio.ciespi@gmail.com](mailto:irizzini.pucRio.ciespi@gmail.com)

**Maria Cristina Bó**

Coordenadora executiva do CIESPI/PUC-Rio.

[\(mcrisbociespi@gmail.com\)](mailto:mcrisbociespi@gmail.com)

**Malcolm Bush**

Pesquisador e consultor do CIESPI/PUC-Rio e pesquisador do Center of Research and Learning at Loyola University of Chicago.

[\(mbushciespi@gmail.com\)](mailto:mbushciespi@gmail.com)



em convênio com **PUC**  
RIO

